

A EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE CORRESPONSABILIZAÇÃO: PRÁTICAS, SABERES E MUDANÇA SOCIAL NO SÉCULO XXI

ENTREVISTA COM JOSÉ PACHECO

EDUCATION AS A PROJECT OF CO- RESPONSIBILIZATION: PRACTICES, KNOWLEDGE, AND SOCIAL CHANGE IN THE 21st CENTURY

AN INTERVIEW WITH JOSÉ PACHECO

JOSÉ PACHECO realizou estudos no campo da educação na Universidade do Porto e, nos anos 1970, foi o responsável pela formação da Escola da Ponte em Portugal. Amplamente reconhecido pela experiência junto à Escola da Ponte, José Pacheco vem construindo, nas últimas décadas, um vínculo muito estreito com projetos de educação no Brasil.

* * *

CIMEAC: *Nos últimos anos, o senhor tem viajado pelo Brasil e difundido bastante as ideias da Escola da Ponte, inspirando várias iniciativas educacionais que estão modificando sua proposta pedagógica, tendo a Escola da Ponte como espelho. Por que o senhor escolheu vir para o Brasil ao invés de investir seus esforços em Portugal?*

José Pacheco (JP): Dei metade da minha vida à Escola da Ponte. Fui professor, diretor, formador de professores, formador de formadores, consultor, membro do Conselho Nacional de Educação, até me aperceber de que muitos dos professores em exercício no chão da Ponte tinham sido meus alunos... Nada pior do que um velho professor, para impedir que os mais novos prossigam e aprofundem um projeto. Se é sabido que uma árvore não cresce à sombra de outra árvore (como diria Gibran), quis continuar a aprender no Brasil e a tentar ser útil a este país. Sei que a velha escola há de parir uma nova educação. E que as dores do parto serão intensas, enquanto as “naturalizações”, as “certezas”, as crenças ministeriais, a tecnocracia e a burocracia continuarem a prevalecer em domínios onde deveria prevalecer a pedagogia. E aquilo que vejo no Brasil é que começa a manifestar-se sensibilidade, nomeadamente da parte do poder público, relativamente à necessidade de criar condições de sustentabilidade de projetos, que considero inovadores. Nos últimos anos, apesar da profusão de tentativas de reforma, programas, projetos, congressos, cursos e afins, não se logrou melhorar a qualidade da educação nacional. Mas o Brasil tem tudo aquilo que precisa. E esse desiderato será alcançado quando

as escolas deixarem de estar cativas de um modelo educacional obsoleto e de uma gestão burocratizada, na qual os critérios de natureza administrativa se sobrepõem a critérios de natureza pedagógica. Fiz parte de um grupo de trabalho junto ao Ministério da Educação e sei de projetos públicos de elevadíssima qualidade. Sei que está a nascer no Brasil o futuro da educação. E quero estar no lugar onde isso acontece...

CIMEAC: *Brasil e Portugal são países muito distintos, principalmente em seus aspectos culturais. Quais são as principais limitações existentes quando escolas brasileiras tentam se orientar por um projeto de escola estrangeiro? Que tipo de ações são feitas para amenizar essas dificuldades?*

JP: As limitações são idênticas aquelas que enfrentamos na Ponte, há 40 anos. Compreendendo o medo e respeitando a atitude conservadora daqueles que não queriam mudar, começamos um trabalho à parte. Inicialmente os alunos reagem mal, porque era mais cômodo ouvir aula do que trabalhar em pesquisa, em projeto. Depois foram os professores das outras escolas, que começaram a criar-nos dificuldades... Os pais dos alunos manifestavam dúvidas e receios, apenas desfeitos quando os seus filhos obtiveram excelentes resultados em provas nacionais e vestibulares. Os pais são pessoas inteligentes e amam os filhos. Os professores são pessoas inteligentes e amam os alunos. Estão do mesmo lado. Se explicamos aos pais, numa linguagem que eles entendem, que aula não tem que existir, que prova não prova nada, que não tem de haver série, que o fundamental não precisa ser separado do resto, enfim, os pais entendem. Melhor que isso, no caso da Escola da Ponte, os pais entenderam tão bem que defendem o modelo e são eles que dirigem a escola. Também participo de escolas brasileiras dirigidas pelos pais. A questão é que quem sabe de pedagogia são os professores. É essa a grande distinção. Uma escola tem que ser gerida pela pedagogia, mas quem deve administrar financeiramente é a comunidade, através das famílias e dos pais. Um projeto humano é um projeto coletivo. Sozinho, pouco ou nada eu poderia fazer. Constituímos uma equipe. Respeitamos aqueles que não quiseram mudar, apesar das críticas maledicentes, que nos atingiam e perturbavam. Guiados pela intuição pedagógica e pela amorosidade, dávamos aula durante a maior parte do tempo, porque era aquilo que nos tinham ensinado a fazer. Mas, fomos introduzindo alterações, a partir das nossas dificuldades de ensinagem. Passámos de uma cultura de solidão para uma cultura de equipe, de corresponsabilização. Essa transformação, essa reelaboração da nossa cultura pessoal e profissional custou tempo e sofrimento. Decidimos habitar um mesmo espaço, derrubar paredes, juntar alunos. Compreendemos que, sozinhos não poderíamos ensinar tudo a todos. Mas, se estivéssemos em equipe, com um projeto, e autonomizássemos o ato de aprender, poderíamos responder efetivamente às necessidades de cada jovem.

CIMEAC: *Em algumas passagens do livro Aprender em comunidade, o senhor insiste na ideia de “teorias importadas do hemisfério Norte” no sistema educacional e no pensamento pedagógico brasileiro. Como o senhor vê essa questão da importação de ideias? No caso do pensamento pedagógico no Brasil, se assumimos que são ideias importadas, isso significa que elas tem um caráter, por assim dizer, postiço na realidade brasileira?*

JP: O essencial seria que o Brasil compreendesse que não precisa ir ao estrangeiro procurar as suas soluções. Quais são, hoje, os autores que influenciam as escolas brasileiras? Lev S. Vygotsky, Piaget? Não vejo autores brasileiros nas bibliografias das teses... Poderão questionar: “E Paulo Freire?”. Mas eu ainda não vi Paulo Freire em nenhuma sala de aula... Está sequestrado em teses de doutoramento. Identifiquei, nos últimos anos, autores brasileiros da maior importância que o Brasil desconhece. Quem ouviu falar de Eurípedes Barsanulfo? De Agostinho da Silva? De Lauro de Oliveira Lima? Um país como este, que tem os maiores educadores que eu já conheci, não os conhece. Em 1907, o Brasil teve aquilo que eu considero o projeto educacional mais avançado do primeiro quartel do século XX. Nessa época, era proibida a educação de moços e moças juntos. Só durante o governo Getúlio Vargas é que se pôde juntar os dois gêneros nos colégios. Barsanulfo ousou contratar como professores uma mulher e um negro... No seu colégio, praticava-se pesquisa e a astronomia integrava o currículo oficial. Não havia série, nem turma, nem aula, nem prova. E os alunos desse colégio foram a elite de seu tempo, os melhores nos exames oficiais... Tomás Novelino foi um deles. E o Roberto Crema, que hoje está aí com a educação holística global, foi aluno de Novelino.

CIMEAC: *No livro Escola da Ponte: defender a escola pública, fala-se em inovação, transformação, justiça e democracia para a sociedade do século 21. Há um claro contraste com aspectos da instituição escolar tradicionalmente organizada pelo poder público, indicada no texto como aparelho ideológico do Estado. Como viabilizar uma organização escolar pública e gratuita que coadune com os valores da democracia e justiça, se na atualidade estes valores ainda estão em construção de forma controversa e tensionada por diferentes grupos de interesse? Se as reformas promovidas pelo Estado restringem e, de certa forma, oprimem perspectivas de transformação e participação da comunidade nos processos decisórios da unidade escolar, como vislumbrar a mudança estrutural do sistema educacional a partir de iniciativas como a Escola da Ponte?*

JP: Há quarenta anos, a Ponte provou a possibilidade de romper com o ciclo vicioso da reprodução, conseguiu que uma maioria de alunos oriundos da pobreza alcançasse a excelência acadêmica e a inclusão social. O seu projeto não deve ser replicado, mas a Ponte deverá constituir fonte de inspiração para um Brasil que ocupa o segundo lugar no índice de desigualdade. No Brasil, participei de vários projetos onde os professores conseguiram escapar à lógica

da reprodução do sistema que lhe é imposto. Só que isso requer várias condições: primeiro, não pode ser feito em termos individuais; segundo, a pessoa tem de respeitar que os outros também têm razão. Se, dentro da escola, os processos começam a mudar e os resultados aparecem, os outros professores se aproximam. Acredito que o poder público possa acompanhar, apoiar e avaliar as equipes de projeto, mas as secretarias mudam de gestores a cada quatro anos...

CIMEAC: *A autora Maria Emília Brederode Santos menciona aspectos da biologia evolutiva para argumentar sobre a transformação dos sistemas de ensino. Como a evolução das espécies ocorre, segundo a teoria da evolução, a partir de populações periféricas que apresentam mutações genéticas, as iniciativas de grupos que não estão ligados ao governo e/ou setor privado podem promover currículos e práticas alternativas ao que vem sendo executado pelo sistema oficial vigente. Neste sentido, como a sociedade civil pode agir no sentido de promover mudanças efetivas nos currículos e práticas educativas? Qual o papel da formação de professores neste processo?*

JP: A Ponte é uma escola dotada de contrato de autonomia. É gerida pela comunidade. Não existe a figura do diretor... E acontece a reelaboração da cultura pessoal e profissional do professor, que propicia uma definitiva ruptura com o velho paradigma da escola. São eliminados, ou no mínimo, esbatidos, erros do modelo convencional de formação. Não duvido de que as universidades disponham de excelentes professores. As universidades dispõem de excelentes formadores, que praticam uma formação reprodutora de um modelo escolar e social do século XIX. A formação de professores continua imersa em equívocos. Ainda há quem creia que a teoria pode preceder a prática e encha a cabeça do formando de tralha cognitiva, ingenuamente acreditando que ele irá “aplicá-la” na sala de aula. Ainda há formadores que adestram formandos no planejamento de aula, quando deveriam prescindir dessa inútil herança de práticas sociais do século XIX. Ainda há quem considere o formando como objeto de formação, quando deveria ser tomado como sujeito em transformação, no contexto de uma equipe.

CIMEAC: *No Brasil, a associação sem fins lucrativos Centro de Investigações de Metodologias Educacionais Alternativas Conexão (CIMEAC) organiza uma proposta de ensino para egressos do chamado ensino médio. A proposta é centrar todas as ações na educação de jovens acima de 16 anos e adultos, com uma perspectiva investigativa para criação e avaliação de dispositivos metodológicos e tecnologias educacionais alternativas ao sistema oficial vigente. No entanto, em 13 anos de trabalho não houve apoio do Estado e tampouco do setor privado. Apesar dos entraves políticos e econômicos, o grupo se retroalimenta das próprias criações e reflexões construídas coletivamente e*

materializadas no reconhecimento mútuo de uma mudança na perspectiva de vida. Dessa forma, qual o papel da pesquisa na manutenção de grupos organizados pela sociedade civil que visam a transformação do sistema educacional?

JP: Acredito nos professores e parto daquilo que eles são, para que se sintam seguros no processo de mudança. Aproveito a sua formação experiencial. Concedo todo o tempo necessário e condições de autotransformação. Talvez apenas seja preciso que os professores sejam competentes e éticos, para que a mudança se opere. Reflitamos sobre palavras chave de projetos do século XXI (comunidade, rede, círculo...) são incompatíveis com a manutenção de órgãos unipessoais e hierarquias burocratizadas. É necessário passar de uma cultura de solidão para uma cultura de equipe, de corresponsabilização. Sozinhos, os professores nunca conseguirão ensinar tudo a todos. Essa transformação, essa reelaboração da nossa cultura pessoal e profissional custa tempo e sofrimento. O professor assume dignidade profissional, sendo autônomo-com-os-outros. Porque um professor não ensina aquilo que diz, transmite aquilo que é. E enquanto o exercício da profissão não se pautar por critérios de natureza pedagógica, enquanto a burocracia prevalecer em detrimento da pedagogia, os professores continuarão a ser considerados os “bodes expiatórios” dos males do sistema. Faltará apenas que os professores sejam, efetivamente, críticos, reflexivos das suas práticas. Que, na relação com qualquer parceiro, se elimine o “horismo”, o “período letivo”, o bimestre e o trimestre... Que, em todo o tempo de aprender prevaleça a prática de uma comunicação horizontal, dialógica, em contraste com a cultura predominante nas escolas, uma cultura assente no individualismo, na competição desenfreada, na ausência de trabalho em equipe, na ausência de verdadeiros projetos.

CIMEAC: *Após anos dedicados à educação, entre os resultados do seu trabalho e de seus colaboradores estão inúmeros fundamentos e métodos que a Escola da Ponte pode oferecer à educação escolar, a ponto de ser referenciada como o único exemplo acabado de uma escola democrática. Agora, com sua colaboração em diversos projetos no Brasil, e aí destaco o projeto “Ancora” em Cotia – SP, quais são os fundamentos educacionais que emergem da Escola da Ponte e que não têm efetividade no Brasil? Quais lacunas a ausência desses fundamentos pode deixar em escolas no Brasil, que baseiam seu projeto político pedagógico na Escola da Ponte? Como alicerçar fundamentos que permitam compreender o fenômeno educativo e sua complexidade, considerando as disparidades entre os mosaicos culturais brasileiro e português?*

JP: As escolas transformar-se-ão quando, através da referência a uma matriz axiológica, a uma visão de mundo e sociedade traduzidas num projeto, operem rupturas com uma tradição de educação hierárquica e burocrática. Quando ousarem, com prudência (crianças não cobaias de laboratório...) reconfigurar as

suas práticas, assumir formas específicas de organização do trabalho escolar, em dispositivos de relação, nas atitudes do dia-a-dia, que viabilizem práticas de educação integral. Quando as escolas cumprirem, efetivamente, os seus projetos político-pedagógicos. Há quarenta anos, a Ponte provou a possibilidade de romper com o ciclo vicioso da reprodução, conseguiu que uma maioria de alunos oriundos da pobreza alcançasse a excelência acadêmica e a inclusão social. O seu projeto não deve ser replicado, mas a Ponte deverá constituir fonte de inspiração para um Brasil que ocupa o segundo lugar no índice de desigualdade... Não se creia ser possível (e muito menos aconselhável) querer fazer uma réplica da Ponte em outros países, mesmo no Brasil. As dificuldades encontradas no Brasil são idênticas aquelas que defrontamos em Portugal e outros países, onde ajudei a desenvolver projetos. O que acontece hoje é que, nas escolas, os projetos que estão escritos não são concretizados na prática. Há uma convivência do poder público e das secretarias em relação a isso. E eu temo que essa situação de impunidade se mantenha. Temo o obscuro silêncio dos pedagogos. Talvez devamos apelar ao bom senso dos titulares do poder público e da Universidade, pedir-lhes que estejam atentos a excelentes práticas que muitos educadores vêm produzindo. Continuarei a minha busca dos “caminhos”, consciente das dificuldades, mas também das possibilidades. Intuo que as escolas carecem de espaços de convivência reflexiva. Que precisamos compreender que pessoas são aquelas com quem partilhamos os dias, quais são as suas necessidades (educativas e outras), cuidar da pessoa do professor, para que se veja na dignidade de pessoa humana e veja outros educadores como pessoas.

CIMEAC: *No livro Aprender em comunidade, mas especificamente na carta a Alessandro, o senhor diz que “tal como o país [Brasil], a escola está imersa numa profunda crise ética e moral, a serviço da reprodução de uma sociedade doente” (p. 21). De fato, uma série de tensões político-ideológicas vem se agravando desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Propostas como o programa Escola sem Partido, cujo slogan reivindica uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar, a PEC 241 (atual PEC 55), que tem como objetivo o congelamento dos gastos com saúde, educação e assistência social pelos próximos 20 anos, e a reforma do ensino médio que, dentre outras questões, prevê a contratação de professores sem licenciatura e a não obrigatoriedade de disciplinas como arte e educação física, assinalam uma escalada do poder coercitivo em diversos espaços públicos. Estudantes, majoritariamente do ensino médio, resistem por meio da ocupação de suas escolas. Nesse cenário, como é possível continuar sonhando e lutando por uma escola pública autônoma que visa à transformação social? Quais os espaços sociais para isso?*

JP: Entre a sofisticação do discurso e a pobreza das práticas, gestores e técnicos vão parindo bases curriculares e medidas (provisórias, ou definitivas),

autênticos absurdos. Institutos, fundações e outras agências de financiamento apoiam projetos “cosméticos”, perpetuando a reprodução de seres a quem se recusa o direito à educação. Se, na Constituição, está consagrado o direito à educação, e se o modo “mais ou menos” como os “especialistas” trabalham, não logra assegurar a todos esse direito, os “especialistas” terão o direito a continuar a trabalhar desse modo? O Mestre Milton Santos lamentava a aversão ao novo, a burocratização, a inércia e o conservadorismo. Já nesse tempo, as oportunidades de mudança encontravam enorme resistência. Também em recuados tempos, quando um governante pretendia publicar uma lei, mandava afixá-la escrita em couro, ou papiro. Quando era necessário afixar uma nova lei, cobria-se o texto anterior com uma camada de cal. Porém, a exposição à intempérie provocava a queda da cal e o texto antigo voltava a ser visível. Talvez o mesmo aconteça com medidas de política educativa da atualidade: são palimpsestos. Na Finlândia, o processo de reforma do currículo envolveu todos os educadores do país. Como declarou a ministra da educação finlandesa: para que o novo modelo seja bem sucedido, os professores nas nossas escolas têm muita liberdade. E uma mudança curricular não poderia ser diferente. Nós vamos continuar com a política de sempre, não dizemos aos professores quais materiais devem usar, como ensinar (...). Eles têm de ter liberdade, porque são eles que sabem o que funciona melhor com cada aluno”. E acrescentou: “Além de o currículo focar nos projetos interdisciplinares, ele também avança no maior uso de ferramentas digitais em sala de aula. E esse processo de digitalização não significa apenas colocar um computador em sala de aula, mas usar essas ferramentas tecnológicas para aumentar e melhorar o processo de aprendizado”. No Brasil, abriu-se uma consulta pública de um documento previamente elaborado. Milhões de sugestões de alteração, quase todas fundadas no senso comum foram colhidas, além de 27000 pedidos de inclusão de novos objetivos para a educação. E uma base comum curricular cativa do velho modelo escolar será promulgada, em breve. Uma reforma que, em breve, será reformada no chão das escolas. Isso mesmo: os discípulos do velho e esclerosado modelo educacional perdem-se em tentativas de reforma.

CIMEAC: *No Brasil, o projeto “Âncora” destaca-se pela ousadia de não apenas refazer seu projeto político-pedagógico a partir de algumas abordagens da Ponte, mas por ter recommençado do zero. Iniciativas como essa, voltadas para parcelas marginalizadas da sociedade, são necessárias para restaurar o sentimento de dignidade humana e de uma relação com o conhecimento pautada na democracia, no respeito e no protagonismo. No entanto, como pensar a utilização metodológica inspirada na Ponte que as escolas particulares propõem? Será que em muitos casos não se trata de uma apropriação de alguns princípios sem que isso de fato implique um compromisso de transformação social que englobe toda a sociedade envolvente: escolar, familiar e comunitária? Será que no Brasil isso não pode significar apenas uma pseudo-“revolução” que*

não visa transformar de fato a sociedade, mas apenas maquiar uma situação de caráter permanente?

JP: Se bem que a obsessão uniformizadora e seletiva da escola venha sendo questionada por muitos “especialistas”, pesquisadores instalados em torres de marfim induzem os políticos a acrescentar camadas de tinta nova em velhos palimpsestos. Até mesmo a recente euforia da introdução das novas tecnologias de informação e comunicação nas escolas pode vir a concorrer para a sedimentação de velhas práticas. Talvez seja chegado o tempo de fazer prevalecer critérios de natureza científico-pedagógica nas decisões de política educativa... Venho repetindo que a profissão de professor não é um ato solitário, mas solidário. Que o trabalho em equipe pressupõe um permanente convívio, estabilidade e lealdade a valores e princípios de um projeto. Isso não acontece numa escola de tempo parcial. Os professores não deverão fazer concurso para ter um emprego, para trabalhar na escola mais próxima da sua residência, nem trabalhar em duas ou três escolas, para assegurar um melhor salário. O professor deverá aderir a um projeto, em dedicação exclusiva. E isso é possível! Porque insistem os professores em tentar melhorar um modelo educacional obsoleto? Porquê 50 (ou duas vezes 45) minutos de aula, se a aprendizagem acontece 24 horas por dia? Porquê 200 dias letivos, se nos educamos nos 365 (ou 366) dias de cada ano? O que impede os professores de compreender que de nada vale fazer “cosmética”? o que os impede de conceber novas construções sociais de aprendizagem? Deixo que o eventual leitor dê resposta...

CIMEAC: *Em entrevista dada à TV Paulo Freire em 2014, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=53bNtzTVix4>, o senhor afirma, em relação à organização da Escola da Ponte, que “temos dispositivos que tem a ver com a transformação da informação recolhida (pelo aluno, em suas pesquisas de estudo) em conhecimento”, e em seguida indica que “tudo está estruturado para que essa informação, transformada em conhecimento, passe à ação, em projetos concretos de transformação social e pessoal. Então aí acontece a geração de competências básicas.” O senhor poderia nos fazer um breve relato com um exemplo dessas realizações?*

JP: Os seres humanos à Ponte confiados são acolhidos no “núcleo de iniciação”. Aí, sem tempo determinado, recuperam a autoestima, aprendem a ser e a reconhecer o outro, a conviver. Nesse núcleo, aprendem a construir projetos e a retomar um projeto de vida. Com o seu tutor, aprendem a elaborar roteiros de estudo, a pesquisar, a se avaliar e a ser avaliado. Assumem-se em autonomia e solidariedade... A aprendizagem acontece quando um vínculo político e afetivo é criado. No processo de mediação pedagógica assegurado pelos professores, os jovens vão passando da informação à produção de conhecimento. E o conhecimento não serve para guardar num cofre... nem para competir com outrem. Deve ser partilhado, colocado ao serviço da comunidade de pertença.

Quando o conhecimento é colocado em ação, acontece a elaboração de competências. O Perrenoud explica isso muito bem... Não fragmentamos os saberes: estudos realizados com adultos formados ao longo dos últimos 40 anos demonstram que todos os nossos ex-alunos são pessoas socialmente integradas e realizadas. Talvez possa acrescentar que a Escola da Ponte provou que é possível outra educação, aliando excelência acadêmica à inclusão social. Que a geração de competências é possível, que não é apenas teoria...

CIMEAC: *No Brasil temos um currículo prescrito predominantemente conteudista, que contribui para a não abordagem de temas sociais relevantes para a discussão em sala de aula, os quais nós, professores do CIMEAC, consideramos necessários para a formação político-cidadã e pessoal dos alunos, tais como o uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil; consumismo e fetichismo na tecnologia etc. Esses conteúdos são ricos em conceitos científicos curriculares que demandam a tomada de consciência de uma contra-hegemonia que desmascara a cultura a que nossos alunos estão expostos no dia-a-dia pela mídia. Sabendo que as escolhas de estudo de um aluno podem estar limitadas aos conteúdos curriculares e à alienação que os meios de comunicação proporcionam e que, ainda, o estudo de tais temas possa não partir de uma motivação pessoal, como poderia ocorrer a aproximação entre esses tipos de temas e os alunos, respeitando a motivação dos mesmos?*

JP: Dizem-nos os relatórios de avaliação externa que, quando transitam para outras escolas, os alunos da Ponte alcançam melhores notas do que os alunos de outras escolas conseguem alcançar. E, se no domínio cognitivo isso acontece, muito mais significativos são os níveis de desenvolvimento sócio moral. É grande a preocupação com a vertente ética, e sabemos que o desenvolvimento estético é indissociável do desenvolvimento cognitivo, sendo mutuamente influenciados. Na Ponte, são considerados dois currículos, que se integram: o da subjetividade e o da comunidade. O ser humano realiza-se no seio da sua comunidade. Existe porque o outro existe e a sua liberdade começa onde começa a liberdade do outro. A matriz axiológica de um projeto assim contém valores como a solidariedade, pressupõe a manutenção de uma cultura onde a responsabilidade social não mera palavra de enfeitar o texto de um PP-P. A Ponte permanece como referência, inspiração de muitos outros projetos da dita educação integral. Mas, também, encontro no Brasil projetos com uma visão de sociedade e de pessoa subordinados a valores bem diferentes daqueles que uma sociedade predatória adotou.

Concepção: Davi Eiji Furutani de Oliveira
Organização: Felipe Ziotti Narita

ENTREVISTADORES

Beatriz Schneider-Felicio <i>Universidade de São Paulo (USP)</i>	Danilo Seithi Kato <i>Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)</i>
Daniela Bueno de Oliveira Américo de Godoy <i>Universidade de São Paulo (USP)</i>	Erlon Silva Honorato <i>Centro de Investigações de Metodologias Educacionais Alternativas Conexão (CIMEAC)</i>
Felipe Ziotti Narita <i>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)</i>	Renato Chaves Azevedo <i>Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)</i>
Humberto Alves Gonçalves <i>Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)</i>	